



C A P Í T U L O 1 0

RETERRITORIALIDADES CAMPESINAS E A EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO COMO DISCURSO CONTRA-HEGEMÔNICO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4271625181110>

Samuel Horácio de Oliveira

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Helder Ribeiro Freitas

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Cristiane Moraes Marinho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

RESUMO: Este trabalho tem como enfoque a educação em agroecologia como instrumento de resistência no enfrentamento aos processos de desterritorializações no semiárido nordestino. O objetivo da pesquisa foi analisar como o processo educativo se materializa como movimento contra- hegemônico nas constantes reterritorializações no espaço rural nordestino. Tratou-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a documental. Na análise dos achados se verificou que a educação em agroecologia é um movimento de contra-hegemonia decolonial de resistência no espaço territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em agroecologia; Campesinato; Contra-hegemonia; Territorialidades;

INTRODUÇÃO

O espaço rural nordestino foi historicamente construído em constantes tensões, conflitos e relações de domínios, enraizados na aristocracia, no patriarcado, na escravidão e no latifúndio consolidados nos períodos colonial e imperial. A lógica desse contexto sempre foi uma estrutura de poder marcada por profunda exploração, concentração de renda e formação de uma elite intelectual agrária, como descreve Prado Junior (2006).

De conseguinte, com a instituição da República, não se alterou substancialmente a desigual estrutura socioeconômica do país no século XX, efetivando-se principalmente no semiárido nordestino o fortalecimento dessas desigualdades sociais e na reprodução do colonialismo eurocêntrico, por meio de implementação de políticas públicas mantenedora dessa estrutura hegemônica.

Contudo, a partir da ditadura militar da década de 1960, floresce um movimento brasileiro de resistência com destaque para experiências político-pedagógicas centradas no paradigma da libertação, que desafiaram a desconstrução das colonialidades estruturais de práticas educativas dominantes. Nesse cenário, Paulo Freire publica em 1967 a obra “Educação como prática da liberdade”, e, em 1968, a “Pedagogia do oprimido” (Semeraro, 2007).

Por esse viés, o trabalho educativo, notadamente no espaço rural nordestino, tomou relevância como um movimento campestino decolonial, passando a ser um importante eixo aglutinador de movimentos sociais para enfrentamento das estruturas de dominação e exploração, a partir do conceito freireano de escola, como destaca Machado (2023, p. 6):

A escola era uma instituição onde se transmitia conteúdos desconexos da realidade, onde se negava a cultura popular, desvalorizando o conhecimento dos trabalhadores comuns em nome da erudição. A escola, portanto, perfazia a segregação entre os “oprimidos”, detentores do “saber de experiência feito”, e os “opressores”, possuidores do conhecimento científico. Por esses motivos, a pedagogia libertadora chegou a advertir que a escola tinha um caráter reprodutor das relações sociais capitalistas, sendo uma instituição com severas limitações enquanto contribuinte das transformações estruturais da sociedade.

Nesta realidade histórica, constata-se uma nítida relação entre dominação, colonialismo, educação e Estado. No semiárido nordestino, desde a ocupação até o final do século XX, o Estado brasileiro sempre atuou como cimento da edificação das desigualdades sociais, com ações sempre fundadas no autoritarismo, mantenedor da supremacia de uma classe social e da negação do modo de vida camponês, que sempre existiu, resistiu e se reproduziu em todos esses séculos, tendo como uma de suas formas de manifestação as práticas agroecológicas na lógica territorial.

Silva (2019, p. 46 e 49) estabelece essa relação entre campesinato, agroecologia e movimento de resistência, destacando o seguinte:

O conceito de campesinato se cruza com o entendimento da agroecologia a partir de Angel Palerm, que dedicou seus últimos trabalhos à análise do papel do campesinato no capitalismo em seu livro *Antropologia e Marxismo* (2008), contribuindo com pressupostos epistemológicos para a agroecologia[...].

[...] Assim, a agroecologia apresenta-se como o modelo alternativo (científico/ produtivo), frente ao modelo do capital, para a consolidação, recriação e reprodução do campesinato. Não que a agroecologia seja responsável por recriar o campesinato, mas ela é uma ferramenta para o avanço e fortalecimento do campestino.

Neste estudo, tem-se como problema de pesquisa: a educação em agroecologia campesina se estrutura como um movimento contra-hegemônico de reterritorialização do semiárido nordestino?

DESENVOLVIMENTO

A GEOGRAFIA DA RECRIAÇÃO CAMPONESA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: POLÍTICAS PÚBLICAS, TERRITÓRIOS, RELAÇÕES DE PODER E MODELOS PRODUTIVOS.

Do ponto de vista conceitual e doutrinário, território tem suas origens na Europa, geralmente abordado pela Geografia, pela Ciência Política ou pelas Ciências jurídicas, mas sempre com um enfoque disciplinar, relacionado a aspectos administrativos e políticos, como narra Haesbaert (2023, p.1):

Território é um dos conceitos mais difundidos da Geografia e sua importância hoje extrapola em muito o campo específico dessa disciplina, ampliando-se da esfera analítica das Ciências Sociais (e também naturais, tendo em vista sua importância na Etologia) para a esfera normativa da ação política e do uso como categoria da prática no cotidiano do senso comum e de muitas lutas sociais[...]

O termo nasce, portanto, no contexto europeu, com uma clara conotação político-administrativa. Na modernidade ocidental esse uso se consolida ao associar território à área sobre a qual se exerce a soberania do Estado nação e/ou nos limites da qual tem validade seu sistema jurídico.

Resignificando a geografia política, a partir do pensamento de Michel Foucault, Raffestin (2009) apresenta uma abordagem relacional, onde o território é construído no cotidiano nessas relações de poderes exercidos em rede, manifestando-se em diferentes graus e relações, e diferentes atores. Renova-se, dessa forma, os conceitos de espaço e território em geografia crítica, tendo como objeto de análise o poder.

É nesse olhar que Schneider e Tartaruga (2005, p. 104), definem o “território pelas relações de poder que se estabelecem sobre o espaço e entre os atores que o ocupam e utilizam” e Haesbaert (2023, p. 3) o concebe como campo relacional, construído a partir de relações sociais (econômicas, políticas, culturais e socioambientais) redefinidas constantemente, como assim expressa:

É imprescindível entender o território a partir dos múltiplos sujeitos sociais envolvidos nas dinâmicas de des-reterritorialização, especialmente considerando as distinções e imbricações entre classes ou grupos hegemônicos e classes ou grupos subalternizados. Só assim temos clareza do jogo de forças que se articula na construção do território e a complexidade das ações em função da classe socioeconômica, do grupo étnico ou da condição de gênero e geracional (ou etária) – por vezes até mesmo do idioma falado ou da filiação religiosa.

Nesse prisma da diversidade de sujeitos sociais envolvidos nas dinâmicas territoriais múltiplas, manifestam-se os processos de desterritorializações e reterritorializações, evidenciando a educação popular como instrumento de recriação campesina e reterritorialização do espaço rural camponês.

PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa em seus objetivos se classifica como descritiva, o que Almeida (2024, p.20) ressalta que esta “tem a finalidade de descrever o objeto de estudo, as suas características e os problemas relacionados, apresentando com a máxima exatidão possível os fatos e fenômenos”.

A abordagem do problema é qualitativa. Sampieri, Calado e Lucio (2013, p. 395) destacam que “as formulações qualitativas são uma espécie de plano de exploração e são apropriadas quando o pesquisador se interessa pelo significado das experiências e dos valores humanos, pelo ponto de vista interno e individual das pessoas e pelo ambiente natural onde ocorre o fenômeno estudado”

Coutinho (2014, p. 29), também orienta o percurso metodológico da pesquisa qualitativa, ao afirmar que:

A nível metodológico a investigação de índole qualitativa baseia-se no método indutivo porque o investigador pretende desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto, adotando a postura de quem tenta compreender a situação sem impor expectativas prévias ao fenômeno estudado. A interrelação do investigador com a realidade que estuda faz com que a construção da teoria se processe, de modo indutivo e sistemático, a partir do próprio terreno à medida que os dados empíricos emergem, num processo de certa forma como que “inverso” ao que ocorre na investigação quantitativa”.

Nesse caminho, tem-se como instrumentos de coleta de dados nesta pesquisa a bibliográfica e a pesquisa documental. As análises bibliográficas “se propõem a analisar posições diversas em relação a determinado assunto”, tendo como base materiais publicados em livros, artigos científicos e teses de doutorado e a fonte documental “ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento”, como documentos institucionais, legislação, e registros estatísticos, entre outros (Gil, 2022, p. 44).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PROCESSO DE RETERRITORIZAÇÃO CAMPONESA: IDENTIDADES, RECIPROCIDADES, AGROECOLOGIA E ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA

Apresenta-se inicialmente como achados da pesquisa a constatação da coexistência de múltiplos atores na construção do território do semiárido nordestino, construído a partir de territorialidades distintas no mesmo espaço rural. O campesinato e a agricultura empresarial compõem-se de diferentes modelos de desenvolvimento, convivendo em um espaço relacional nessa noção de multiterritorialidades, manifestando-se o modo de vida camponês como movimento de recriação e resistência como abordam Haesbaert (2023), Sabourin (2017), Guzmàn e Molina (2013).

Nesse horizonte, o território camponês se expressa como lugar de vida, de cultura, de educação e de produção agroecológica em suas territorialidades, o que Haesbaert (2023, p. 5), menciona “resistir para refundar um modo de existência (às vezes até mesmo uma cosmovisão) e, portanto, um modo de (re)territorialização”, construindo territorialidades marcadas por densas referências identitárias.

Sabourin (2009, p. 277/279), por sua vez, em pesquisa realizada no semiárido nordestino, acrescenta as estruturas de reciprocidades camponesas como cimento dessas reterritorialidades, afirmando que a agricultura familiar camponesa é marcada por “relações simbólicas de reciprocidade entre os camponeses e o meio natural, a terra e seus recursos”, além de “autonomia perante o mercado de troca capitalista e pela permanência de estruturas de reciprocidade, entre outros elementos essenciais”, evidenciando essa interação social também um movimento de resistência e de recriação camponesa.

Relacionando a agricultura familiar camponesa e a agroecologia, Niederle *et al* (2019), afirmam que o Brasil foi um dos países que mais avançou em políticas públicas agroecológicas, desde dos anos de 1990 até o século atual, mediante a atuação de diversos atores, exemplificando no Nordeste a contribuição inicial das Organizações não Governamentais (ONGs), como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Movimento de Organização Comunitária (MOC-BA), o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), evidenciando uma nítida ação de contra-hegemonia dessas organizações em face da agricultura empresarial no semiárido nordestino.

O CASO DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA (IRPAA) E A ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA NAS ESCOLAS CAMPESINAS

Em abril de 1990 fora fundado o IRPAA no Município de Juazeiro-BA, no Território de Identidade do Sertão do São Francisco (BA), no semiárido nordestino, por meio de uma articulação coletiva de diversas entidades e movimentos sociais camponeses. A missão da instituição era bem definida: desconstruir a concepção de combate à seca para uma nova perspectiva de convivência com o semiárido (IRPPA, 2025).

O eixo educação e comunicação do IRPAA se pautou na ótica da educação do campo contextualizada, tendo a escola camponesa como “espaços de construção do conhecimento, instrumento essencial para a mudança e transformação de qualquer realidade”, orientada pela educação em agroecologia, efetivando uma pedagogia pautada na convivência com a região, desmistificando o território como espaço de pobreza ecológica, social e econômica (Costa, 2023, p. 271).

Nesse caminho, Araújo e Nascimento (2016, p. 10) estabelecem a conexão entre escolas do campo, comunidades e a difusão dos conhecimentos agroecológicos:

Para que a escola do campo contribua para a difusão dos conhecimentos agroecológicos é importante a articulação com a comunidade para que juntas possam difundir/construir o conhecimento agroecológico nas escolas do campo. Essa articulação entre escola e comunidade deve permear principalmente pelo compartilhamento de saberes e experiências, das ações e do desenvolvimento de projetos que incorporem as especificidades e dinâmicas do lugar não apenas do contexto econômico, mas também cultural e social. O caminho é construir, portanto, práticas e experiências locais, de modo que, essas experiências podem ser socializadas em outros locais, criando, dessa forma, uma rede das práticas agroecológicas.

De conseguinte, ocorreu a criação da Rede de Educação do Semiárido (RESAB) em 2002, integrando 21 entidades, bem como a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA), fomentando referenciais de políticas públicas de agroecologia e produção orgânica, educação contextualizada, segurança alimentar e nutricional e convivência com o semiárido, tendo o IRPAA como protagonista desse processo (Costa, 2023).

Por esse panorama, as ações do IRPAA indicam e efetivam “transformações sociopolíticas de caráter estrutural de uma região do Brasil historicamente renegada”, onde a convivência com o semiárido à luz do bem viver se constrói mediante articulação coletiva, a agroecologia como ciência, movimento e prática, fortalecimento da organização popular, Educação Contextualizada e comunicação popular (Costa, 2023, p. 370).

Percebe-se nesses achados que a educação em agroecologia segundo Ribeiro, Ferreira e Noronha (2007, p. 258) tem a função de “orientar e propor uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural”, e no mesmo compasso Zanelli e Laschefski (2009, p. 9) enfatizam a educação em escolas de famílias agrícolas “busca a territorialidade do saber agroecológico”.

Por essas balizas, a educação em agroecologia como discurso contra-hegemônico nas ações do IRPPA se traduz na seguinte conjuntura:

O IRPPA tem contribuído com a Felicidade Interna Bruta - FIB, numa perspectiva da relação sustentável e emancipadora do ser humano com a natureza. Afirma o Semiárido enquanto região geopolítica, não só na nomenclatura, mas também na disputa política, nas incidências, na formação de lideranças, na organização da classe trabalhadora, nas lutas por direitos. E isso, ao longo dos tempos, incomoda os governantes e os parlamentares que são fruto das oligarquias políticas e econômicas (Costa, 2023, p. 327)

Por fim, o que se compreende é que as atividades e posicionamentos do IRPPA se manifestam em resistência campezina nas dinâmicas de des-re-territorializações, reproduzindo-se historicamente como resistência política, econômica e ecológica, como se vê dos estudos de Saquet (2014) e Martínez Alier (2007).

REORIENTANDO AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO FORMAL EM AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Nesse cenário, apresenta-se também como evidências da pesquisa a criação do Grupo de Agroecologia Umbuzeiro (GAU) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Juazeiro- BA nos anos de 2004 e 2005, como um movimento de resistência à formação do curso de agronomia voltado para o agronegócio no território. Este movimento disseminou o debate agroecológico e da convivência com o semiárido para além da universidade, em contínua articulação com as comunidades e movimentos sociais (Santos *et al*, 2024).

Em seguida, em pesquisa documental na legislação federal e em atos normativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apontou-se que essa articulação em rede desses movimentos sociais campezinos em todo o país e também no espaço rural nordestino, resultou na promulgação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (BRASIL, 2012), erigindo a educação em agroecologia como objetivo do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) no art. 4º, I, no ano de 2013, na seguinte forma:

A inclusão e o incentivo à abordagem da agroecologia e dos sistemas orgânicos de produção nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino representam alguns dos principais desafios a serem superados neste Plano. Há necessidade de criação de políticas públicas que ampliem os processos de formação de professores/as e educadores/as; de orientação nos projetos pedagógicos dos cursos para os princípios e diretrizes da agroecologia para a produção orgânica e de base agroecológica; de ampliação de acesso aos cursos, permitindo a inclusão das populações do campo e da floresta; de integração dos cursos de agroecologia com a educação do e no campo; e de iniciativas concretas para reconhecimento dos cursos profissionalizantes em agroecologia por conselhos profissionais (BRASIL, 2013, p.36)

No avançar do vigente PLANAPO para o período de 2024 a 2027, o art. 2º, III, observa-se como objetivo desse novo recorte temporal na atual década, a ampliação da capacidade de construção e socialização de conhecimentos sobre agroecologia, produção orgânica e da sociobiodiversidade (BRASIL, 2024).

No semiárido nordestino, o PLANAPO tem alcançado diversos objetivos quanto à educação em agroecologia, a partir da implantação de cursos integrados com a educação do e no campo e instituições formais de ensino e de pesquisa, assumindo protagonismo nesse contexto a UNEB, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão), instituições de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), movimentos sociais, organizações não governamentais, núcleos de agroecologia e escolas famílias agrícolas (Rios, 2019; Troilo e Araújo, 2020).

Ainda nos Territórios do São Francisco (BA/PE), verificou-se em pesquisa documental no portal da UNIVASF (2025) a ampliação do acesso à educação em agroecologia, conforme estabelecido no PLANAPO, como a instituição do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) em nível de mestrado profissional em turmas regulares e turmas especiais do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da promoção de semanas da agroecologia, produção orgânica e segurança alimentar e nutricional, encontros interdisciplinares com a participação de movimentos sociais e comunidades campesinas, além de Congressos internacionais. Nesse mesmo espaço plural, constata-se a criação do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) em nível doutorado profissional (UNIVASF, 2025).

No mesmo compasso constatou-se nas pesquisas de Medeiros Junior *et al* (2023), de Costa (2023) e do portal do IRPAA(2025), a atuação das Escolas Famílias Agrícolas (EFA), que através da pedagogia da alternância, fomenta-se a educação em agroecologia, a valorização do conhecimento campesino, a convivência com o semiárido e a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, com o objetivo de se alcançar o bem viver.

O que se percebe na pesquisa bibliográfica e documental que o elo da interação social dessa estrutura de educação formal e não formal em agroecologia é reproduzida pela atuação da Rede Territorial de Agroecologia dos Territórios do São Francisco (BA/PE), manifestando-se como um contraponto ao modelo hegemônico do agronegócio (Freitas *et al*, 2018).

Destaca-se uma articulação em rede de múltiplos atores como a UNIVASF, a UNEB, o Núcleo de Agroecologia Sertão Agroecológico, o Grupo de Agroecologia Umbuzeiro – GAU/UNEB, o Centro Vocacional Tecnológico Agroecologia – IFSertão Campus

Zona Rural/Petrolina, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Associação de Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF), a ONG Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (CHAPADA), o Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não- Governamentais Alternativas (CAATINGA) e o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros atores (Freitas *et al*, 2018; Oliveira, Caffé e Santos, 2023).

O XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA – CBA E O COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA

O evento se realizou entre os dias 15 a 18 de outubro de 2025 no Município de Juazeiro- BA, no semiárido nordestino, no território de identidade sertão do São Francisco (BA). Instalou- se no Campus Juazeiro da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Contou-se com mais de 6 mil participantes, 19 eixos temáticos, 2.732 resumos técnico- científicos, relatos de experiências técnicas e relatos populares, 124 atividades autogestionadas, 6 plenárias temáticas, e 8 painéis conjuntos, sob o lema “Agroecologia, Convivência com os Territórios Brasileiros e Justiça Climática”. Segundo a Associação Brasileira de Agroecologia, o encontro foi marcado como o maior Congresso Brasileiro de Agroecologia da história (ABA, 2025).



Figura 1: conferência de encerramento do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia

Fonte: ABA (2025).

Inclusive, a Carta Política do XIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA, reforçou a agroecologia como ciência e como movimento de resistência que promove a ecologia de saberes como projeto antagônico à colonialidade do saber:

[...] Os debates sobre as instituições científicas denunciaram os modos dominantes de produção do conhecimento científico e suas conexões com poderosos atores econômicos. Esse saber hegemônico, sem pretensões universalizantes e marcado por diferentes expressões e colonialidades, nega e invisibiliza outros sistemas de conhecimentos. O CBA segue aprofundando este importante debate, na busca de uma ciência crítica que reconhece, celebra e dialoga com as diferentes formas de produção de conhecimento. Tivemos, neste Congresso, um Painel específico para tratar da construção de metodologias de pesquisa com base em princípios de interculturalidade. Várias foram as experiências apresentadas por pesquisadoras e pesquisadores, técnicos e técnicas, que têm se engajado em estudos colaborativos a partir de metodologias sensíveis, que cultivam laços de confiança, respeitam e valorizam os conhecimentos e saberes das comunidades e da diversidade de povos. Dando continuidade aos CBAs anteriores, avançamos metodologicamente na realização de um Congresso que promove um ambiente favorável à ecologia de saberes, superando a colonialidade do saber (ABA, 2025).

Por fim, apontou-se o compromisso político do XIII CBA, com a educação em agroecologia:

[...] As ações públicas de ciência e inovação devem estar associadas à ampliação e ao fortalecimento das políticas de educação, comunicação e pesquisa existentes principalmente nas universidades públicas, nos Institutos Federais e nas escolas rurais. Esses espaços e instituições são essenciais não apenas para a soberania nacional e a garantia do pacto democrático, mas também para a construção e o aprofundamento contínuo do conhecimento agroecológico. O encontro dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) reuniu mais de 40 NEAs, 100 pessoas e dois Ministérios e reafirmou a importância dos NEAs para a construção do conhecimento agroecológico. O encontro reiterou a importância dos cursos de graduação e programas de pós-graduação em agroecologia na formação de técnicos/as, pesquisadores/as, agricultores/as. No entanto, os NEAs e os cursos têm resistido com frequência sem recursos para o seu desenvolvimento contínuo, sendo necessária a ampliação de orçamento destinados para a sua promoção.

Para Silva (2019, p. 281), “congressos e seminários são relevantes para o campesinato e a agroecologia em todas as escalas, fortalecendo o entrelaçar das redes que participam dos eventos”. Nessa conjuntura, pode-se conceber o XIII Congresso Brasileiro de Agroecologia realizado em Juazeiro-BA como um campo fértil e espaço democrático para que a educação em agroecologia campesina se estruture como um movimento contra-hegemônico de reterritorialização do semiárido nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por assim dizer, percebe-se que a educação em agroecologia é instrumento formal e não formal eficaz para os processos de reterritorializações da população campesina no semiárido nordestino, manifestando-se como um caminho de resistência ao sistema agroalimentar hegemônico. Sugere-se como aprofundamento e extensão da pesquisa as análises dos conhecimentos agroecológicos historicamente construídos pelas comunidades quilombolas, tradicionais e indígenas nos múltiplos territórios do Bioma Caatinga, como pilares educativos essenciais para enfrentamento das desterritorialidades nesse espaço rural.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **13º Congresso Brasileiro de Agroecologia**. 2025. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/carta-politica-final-do-13-congresso-brasileiro-de-agroecologia/> Acesso em: 15 nov. 2025.

ALMEIDA, M. de S. E-book **Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. p.20. ISBN 9786559776382. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776382/>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2013.

BRASIL. Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 15 de outubro de 2024. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) - período 2024-2027**. Ministério do Desenvolvimento Agrário e agricultura familiar. Brasília, Disponível:<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/10/2024&jorn al=515&pagina=46>. Acesso em: 12 out 2025.

COSTA, T. P. da. **O IRPAA e o “estalo” da convivência com o semiárido como paradigma e projeto político na ótica do bem viver**. Tese (doutorado em agroecologia e desenvolvimento territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Juazeiro-BA, 2023.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas**. Almedina. Coimbra, 2014.

FREITAS, H. R. et al. A constituição e atuação da Rede Territorial de Agroecologia do Sertão do São Francisco baiano e pernambucano. **Cadernos de Agroecologia**. V. 13, n. 1, 2018.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E- book. p.44. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**. Niterói, v. 25, n. 55, 2023. DOI: 10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a61073. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073>. Acesso em: 22 out. 2025.

IRPAA. **Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada**. Disponível em: <https://irpaa.org/> Acesso em: 23 set. 2025.

MACHADO, R. O pensamento educacional contra-hegemônico na América Latina: algumas considerações comparativas entre a Pedagogia Libertadora e a Pedagogia Histórico-crítica. **Devir Educação**, v. 7, n. 1, 2023.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2ª ed. São Paulo. Ed. Contexto, 2007.

MEDEIROS JUNIOR, E. F. de *et al.* Educação em agroecologia: percurso histórico, iniciativas e práticas no Sertão do São Francisco (BA/PE). In: **Fruticultura irrigada: vulnerabilidades e perspectiva de produção sustentável**. Editora Científica Digital, 2023. p. 155-178.

NIEDERLE, Paulo André *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. In: **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 1, p. 270 - 291, janeiro- abril. ISSN 1982-6745. 2019.

OLIVEIRA, S. H. de; CAFFÉ, S. C.; SANTOS, M. H. P. dos. O lugar de disputa e as redes de cooperação agroecológicas no território do São Francisco (BA): um paradigma de desenvolvimento rural sustentável. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 16, n. 5, 2023.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-35, 2009.

RIBEIRO, S.; FERREIRA, A. P.; NORONHA, S. Educação do Campo e Agroecologia. In: ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. p. 257-267.

RIOS, L. M. **Relatório do Seminário Regional de Políticas Públicas e Agroecologia – 2019**. Salvador - BA: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2019.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 2, p. 125–143, maio 2014.

SABOURIN, E. P. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de

Janeiro-RJ. Editora Garamond Ltda. 2009.

SABOURIN, E. P. Reciprocidade e redes sociais aplicadas a análise e a promoção de dinâmicas territoriais. In **Anais** do VIII Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/585632/>. Acesso em: 03 set. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C, F.; LUCIO, M. D. P B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848367/>. Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, J. C. N. *et al.* Vivência, organização e formação em agroecologia: um relato sobre os aprendizados com o Grupo de Agroecologia Umbuzeiro (GAU). **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 23, n. 1 e 2, p. 99–116, 2005. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/237>. Acesso em: 28 set. 2025.

SEMERARO, G. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p. 95–104, nov. 2007.

SILVA, P. M. S. **Campesinato e agroecologia em rede: a dinâmica do movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no Nordeste e no Agreste Paraibano**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba. 2019.

SILVA, L. G. da; NASCIMENTO, A. P. P.; ARAÚJO, M. P. Interfaces entre educação do campo e agroecologia: os conhecimentos agroecológicos valorizando a convivência com o semiárido. **Anais** do I Congresso Internacional da Universidade do Semiárido – CONIDIS. Campina Grande-PB. 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2016/TRABALHO_EV064_MD1_SA7_ID_2033_21102016093855.pdf. Acesso em: 23 out 2025.

TROILO, G.; ARAÚJO, M. N. R. A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez, 2020.

UNIVASF. **Universidade Federal do Vale do São Francisco**. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/> Acesso em: 23 out. 2025.

ZANELLI, F. V.; LASCHEFSKI, K. A. **Agroecologia e construção de territorialidades: um estudo sobre a criação da Escola Família Agrícola Puris de Araponga-MG**. Monografia (Geografia) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2009.